

Secretaria vai ser cautelosa antes de punir

A "limpeza" na orla do Lago Paranoá, prometida pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), ocorrerá a passos lentos. Ao todo, 84 residências foram notificadas por terem construído na faixa de 30 metros do espelho d'água, o que é proibido.

Há um mês, o governador Joaquim Roriz determinou, por meio do Decreto 24.499, que os infratores entregassem à Semarh planos de recuperação das áreas degradadas. O prazo se encerrou na quarta-feira, mas apenas 54 moradores entregaram seus Planos de Recuperação da Área Degradada (PRAD). A legislação ambiental também proíbe edificações às margens de lagos e lagoas.

Desde ontem, os proprietários das 30 casas que não cumpriram a determinação estão sujeitos a multa mínima de R\$ 34,2 mil. Os casos considerados gravíssimos poderão ser autuados com valor mínimo de R\$ 64,7 mil. Mesmo assim, ainda podem entregar as propostas, o que interromperia o processo.

O secretário Jorge Pinheiro afirma que, embora o prazo para apresentação de um plano de recuperação da área que deve ser desocupada tenha terminado, os casos serão estudados com cautela. Pinheiro explica que os técnicos da Semarh terão até 45 dias para avaliar o conteúdo dos PRADs entregues e então determinar quanto tempo cada um dos infratores terá para se ajustar.

Para cada caso, a solução será diferente. De acordo com o secretário, em seis locais, a derrubada das edificações seria mais danosa à natureza que a manutenção. "São casos em que foram construídos muros de arrimo com até 20 metros de profundidade. Se implodirmos, será pior", argumenta o secretário.